

## OS DESDOBRAMENTOS DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA NA CONSTRUÇÃO DE ITAIPU: A SEGURANÇA NACIONAL E AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS<sup>1</sup>

Jussaramar da Silva<sup>2</sup>

**Resumo:** A proposta desse artigo é apresentar ao leitor parte da discussão desenvolvida durante a dissertação de mestrado acerca do problema da penetração do Estado brasileiro na região de Tríplice Fronteira, através da construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu. Por meio do estudo da construção dessa hidrelétrica, foi possível vislumbrar como o Estado, durante o período que vai de 1973 até 1985 - fase permeada pela Ditadura propriamente dita, pelo período chamado de Transição Lenta Gradual e Segura, até o início da transição para os governos civis, nomeada por Florestan Fernandes como “transição transada” – portou-se em relação à ameaça do “inimigo interno” que poderia ser o “comunista”, como também socialista, sindicalista, guerrilheiro ou quaisquer outras pessoas nessa lógica de suspeição estabelecida.

**Palavras chave:** Usina Hidrelétrica de Itaipu, Assessorias Especiais de Segurança e Informações (AESIs), fronteiras, Doutrina de Segurança Nacional, inimigo interno/externo.

## EL DESARROLLO DE LA POLÍTICA EXTERIOR BRASILEÑA EN LA CONSTRUCCIÓN DE ITAIPÚ: SEGURIDAD NACIONAL Y LAS RELACIONES INTERNACIONALES

**Resumen:** El propósito de este trabajo es presentar al lector parte de la discusión desarrollada durante la disertación de máster, sobre el problema de la penetración del Estado brasileño en la región de la Tríplice Frontera, en el período 1973-1985, a través de la construcción de la Central Hidroeléctrica de Itaipú. A través de la construcción de esta hidroeléctrica fue posible mirar como el Estado se comportó en relación a la amenaza del "enemigo interno", que podría ser el "comunista", así como socialistas, sindicalistas, guerrilleros o cualquier otra persona que estaba en la lógica de la sospecha establecida. Ya que el país pasaba, durante este período, por una dictadura, como también el proceso de "Transición Gradual Lenta y Segura" y por fin la transferencia a los gobiernos civiles, nombrados por Florestan Fernandes como "Transición Transada".

**Palabras clave:** Central Hidroeléctrica de Itaipú, Asesoramiento e Información de Seguridad Especial (AESIs), fronteras, doctrina de la seguridad nacional, enemigo interno / externo.

---

<sup>1</sup> Parte da discussão ora apresentada é fruto de um capítulo da dissertação de mestrado intitulada: **A Usina de Itaipu e a Operação Condor:** o outro lado das relações bilaterais Brasil-Paraguai (1973 - 1988). Dissertação de Mestrado. PUC/SP, 2010, 189 p.

<sup>2</sup> Pós-doutoranda em História pela Faculdade de Formação de Professores/UERJ. Bolsista FAPERJ, sob supervisão do Prof. Dr. Rafael Vaz da Motta Brandão. Contato: [jussaramar@gmail.com](mailto:jussaramar@gmail.com)

## THE UNFOLDING OF BRAZILIAN FOREIGN POLITICAL IN BUILDING ITAIPU: NATIONAL SECURITY AND INTERNACIONAL RELATIONS

**Abstract:** This paper presents to the readers a piece of the discussion developed during dissertation about the problem of penetration of the Brazilian State in the Triple Border region through the construction of the Itaipu Hydroelectric Dam. Through the construction of this dam was possible to see how the State, during the period between 1973 and 1985 – permeated by the dictatorship itself, period called Transitional Slow Gradual and Secure, until the beginning of the transition to civilian governments, nominated by Florestan Fernandes as “transition transada” – behaved in relation to the threat of the “enemy within”, which could be the “communist”, as well as socialist, syndicalist, **guerrilla**, or any others in this logic of suspicion established.

**Keywords:** Itaipu Hydroelectric Dam, Counseling and Special Security Information (AESIs), borders, National Security Doctrine, enemy external/internal.

### Introdução

Ao analisarmos a instalação de Itaipu na região da Tríplice Fronteira, vislumbramos vários desdobramentos quanto à Segurança Nacional e as relações internacionais. Por esse motivo, faz-se necessário apontar alguns fatores. Iniciarei pelas Assessorias Especiais de Segurança e Informações (AESIs).

Um dos fatores fundamentais que necessita ser explicitado para a compreensão da importância que as AESIs instaladas na Hidrelétrica de Itaipu possuíram, tanto na configuração das relações internacionais com os países da região, em especial com o Paraguai, quanto na trama existente entre a comunidade de informações dos países da região, é a sua posição geográfica. A configuração dessas AESIs não significava apenas explicá-las num modelo que privilegiasse a concepção de que a comunidade de serviços de informações existia no Brasil, mas que era necessário objetivar os nexos constitutivos que nos permitissem situar seu *modus operandi*, suas articulações com o Paraguai, as estratégias e táticas utilizadas por seus agentes, o grau de inserção física, política e social que adquiriram na região, seus colaboradores, contra quem dirigiam suas vigilâncias e repressões.

Dentre esses nexos, foi possível destacar a atuação das Assessorias na região considerada área de Segurança Nacional e, portanto, de vital importância para a “defesa nacional” conforme o Decreto Lei 314/68:

... o Conselho [de Segurança Nacional] dispõe de uma Secretaria-Geral, como órgão de estudo, planejamento e coordenação no campo da Segurança Nacional e conta com a colaboração da Comissão Especial da Faixa de Fronteiras e das Divisões de

Segurança e Informações dos Ministérios Civis, como órgãos complementares (BRASIL, 1968. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1965-1988/De10348impressao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/De10348impressao.htm)).

Esse decreto corroborou em grande medida com o Decreto Lei 1.351/39 que, em seu Artigo primeiro, previa: “São criadas colônias militares de fronteiras, em locais escolhidos pelo Conselho de Segurança Nacional, dentro da faixa de 150 quilômetros a que se refere o art. 165 da Constituição Federal, e subordinadas diretamente ao Ministério da Guerra” (BRASIL, 1939).

Conforme se pôs essa legislação no Brasil, podemos perceber que as regiões fronteiriças, discutidas em âmbito internacional e integrantes de acordos deste mesmo porte, foram paulatinamente adentrando as prerrogativas da Lei de Segurança Nacional. Ademais, em ambos os decretos percebemos uma sobreposição ao outro, não havendo o interregno no período dito democrático, nem tampouco mudanças profundas na legislação que fizessem o anterior cessar vigência.

A prática da legislação por decreto, um recurso de exceção, é costumeiro no Brasil e perpassou tanto os períodos democráticos quanto os ditatoriais. Os preceitos da Segurança Nacional se consolidaram na Doutrina de Segurança Nacional, que definiu não apenas o inimigo externo (Rússia, China e Cuba), mas também o interno que, ao longo da ditadura, tornou-se o alvo principal da atenção, vigilância, perseguições e repressão. Em outras palavras, o inimigo era o próprio povo e não potenciais ataques estrangeiros.

Amparados por esse recurso das leis de exceção e devido à importância dada à região, esses pressupostos desdobraram-se na existência das AESIs de Itaipu na comunidade de informações nacional e nos demais países do Cone Sul, especialmente o Paraguai, mas também a Argentina e o Chile.

A questão da Segurança Nacional nas regiões das fronteiras integra a lógica mesma da formação de um Estado-nação e/ou de um país e, em geral, as tensões entre os países ativam as medidas, com o intuito de proteger a região que as circunda. No entanto, a especificidade do caso é que a ênfase na proteção às fronteiras não decorre das tensões entre os países em confronto, mas sim de uma colaboração para a proteção das ditaduras, para a vigilância e repressão ao “inimigo interno”.

Assim não é de se estranhar o aumento do controle sobre as fronteiras, embora em regime de colaboração, na troca de informações sobre pessoas consideradas suspeitas ou formalmente perseguidas em uma ou outra região. Ganhou destaque neste período, a instalação de agências

de segurança e, portanto, essa análise começará por entender onde se localiza a Itaipu Binacional e sua integração ao projeto geopolítico de Segurança Nacional.

### **As fronteiras**

Com a Proclamação da República, a questão das fronteiras passou às mãos das Forças Armadas e, no final dos anos de 1930, sob a égide do Estado Novo, quem a assumiu foi o Conselho de Segurança Nacional (CSN), em conjunto com os Ministérios Civis, que criam comissões especiais e uma “Comissão de faixa de fronteira e uma Secretaria Geral” (ANTUNES, 2002, p. 46).

A definição do que seria o “espaço nacional” foi fundamental para a evolução do capitalismo subordinado e hipertrofiado. Desde a Proclamação da República, ainda ficava pendente resolver a ocupação das fronteiras e os litígios que o país possuía. Eles se colocavam fundamentais para que se viabilizasse de diversas maneiras o desenvolvimento do capital.

O problema das fronteiras foi um dos grandes temas que mobilizou a opinião pública na primeira metade do século XX, vinculado às discussões sobre a nacionalidade de um Brasil, cuja passagem do império para a República se fizera sem grandes rupturas. O desenvolvimento das regiões Sul e Sudeste do país que caminhavam rapidamente para a industrialização em contraste com o Brasil agrário levou a debates incontáveis sobre os “dois Brasis”, polarizando as propostas entre os que defendiam a separação e entre aqueles, como Nelson Werneck Sodré (1941), para o qual, ambas as regiões deveriam ser desenvolvidas, uma vez que essas duas bacias eram as fontes de integração e ocupação do território nacional.

O que perpassa a discussão é que a ocupação deveria ser feita de forma que, em primeiro lugar, não houvesse risco de perda de partes do território, mantendo-se assim a unidade nacional, e depois que o país pudesse, de alguma forma, exercer influência sobre os demais Estados integrantes do Cone Sul.

Na perspectiva do governo brasileiro, embora o problema das estratégias para a defesa das fronteiras não tenha ficado circunscrito aos militares, esses ganharam visibilidade com as propostas que passaram a ser conhecidas como geopolíticas, dentre as quais se destaca a consolidada por Golbery do Couto e Silva (1981) e, dado o papel que os militares assumem no Brasil, particularmente na segunda metade do século XX, torna-se a tônica nos projetos e aspirações militares (ASSUNÇÃO, 1999). De tal forma se coloca essa perspectiva que, para

compreendermos o que se definiu nos anos posteriores ao golpe de 1964 como uma política do Estado para se firmar no Cone Sul, torna-se imperativo recuperarmos de Golbery, que foi um dos grandes precursores do pensamento militar no Brasil, os conceitos sobre geopolítica contidos na *Conjuntura política nacional: o Poder Executivo & Geopolítica do Brasil* (SILVA, 1981)<sup>3</sup>.

Tomando como um documento a obra de Golbery, que denota o pensamento de parcela dos militares que assumiram o poder no pós-64, fica evidente o que o Estado deveria assumir como postura para aprofundar o modelo de desenvolvimento do Brasil. A historiografia ressalta ter havido diferenças entre a chamada “Linha Dura” e os “Sourbonistas” ou “Castelistas”. Rago Filho nos informa que:

Grosso modo, o bonapartismo estará dividido entre dois pólos nítidos: de um lado, o grupo da “Sorbonne”, a tendência castelista, que desejava a normalização do país num tempo determinado e, do outro lado, o grupo dos mais radicais, a facção denominada “linha dura”, que buscava erradicar a subversão até às últimas consequências, por um tempo indeterminado. A ambição desejada era o tempo necessário para a “limpeza do terreno”, a preparação e a consolidação do capitalismo brasileiro em sua condição de associado e interdependente. (2001, p. 178)

Na *Geopolítica do Brasil*, (SILVA, 1981) convivendo com essa dicotomia, Golbery propõe estratégias à promoção de um desenvolvimento que resultasse na ocupação rápida de espaços territoriais, particularmente nas regiões centrais e em relação ao Cone Sul. Para tanto, seria necessária a centralização do poder político de forma que o aprofundamento da interrelação entre as nações, assegurasse os “interesses do Brasil”. Ao mesmo tempo, o autor apoiava-se nos setores da burguesia industrial que ele considerava fundamentais para o desenvolvimento e a integração nacional, pois

... no que mais importa, esse desenvolvimento pela industrialização faz prenunciar, afinal, uma libertação mais efetiva em relação aos grandes centros externos, motores do dinamismo econômico mundial, e implicará, em benefício da unidade e da coesão nacionais, na articulação cada vez mais sólida das diversas porções do amplo domínio, mesmo as mais distantes ou mais excêntricas, a núcleos propulsores radicados no próprio território e, sobretudo, orientados nos genuínos propósitos nacionais (...) (SILVA, 1981, p. 72).

---

<sup>3</sup> Embora a edição usada como referência tenha sido publicada em 1981, nele constam os anos em que o autor os escreveu. Em sua primeira parte, os textos referem-se ao Governo Figueiredo. Já na segunda, foram colocados os textos ainda da década de 1950.

Dessa forma, a tese de Golbery foi fundamental para o processo de consolidação do capitalismo no Brasil, mantendo a subordinação, que com Chasin (2000) chamamos de “capitalismo atrofiado”, denotando um desenvolvimento tardio em relação ao processo geral apresentado nos países centrais, como na Inglaterra e na França, por exemplo. Marx caracterizou o processo de desenvolvimento alemão como “tardio”, uma vez que não ocorreu como na Inglaterra e a industrialização estava localizada temporalmente no final do século XIX. É a chamada “via prussiana”.

No Brasil,

... a industrialização principia a se realizar efetivamente muito mais tarde, já num momento avançado das guerras imperialistas, e sem nunca, com isto, romper sua condição de país subordinado aos pólos hegemônicos da economia internacional. De sorte que o *‘verdadeiro capitalismo’ alemão é tardio*, enquanto o brasileiro é hiper-tardio ... (CHASIN, 2000, p. 45 – itálico e aspas do autor).

O modelo de desenvolvimento que se impôs previa o aumento significativo de importações, o que mantinha uma balança comercial desfavorável. Mesmo em períodos em que houve maior esforço de exportação para provocar o equilíbrio, o que se colocava era uma grande debilidade econômica, se comparado aos países centrais, uma vez que a importação sempre se impunha em níveis estratosféricos, ampliando a dívida externa. Ou seja, perpetua-se a “via colonial” pela qual o capitalismo mantinha-se sob os auspícios do imperialismo. Essa definição torna-se fundamental na medida em que

... aqui, a burguesia se ligou às antigas classes dominantes, operou no interior da economia retrograda e fragmentada. Quando as transformações políticas tornavam-se necessárias, elas eram feitas ‘pelo alto’, através de conciliações e concessões mútuas, sem que o povo participasse das decisões e impusesse organicamente a sua vontade coletiva. Em suma, o capitalismo brasileiro, ao invés de promover uma transformação social revolucionária – o que implicaria pelo menos momentaneamente, a criação de um ‘grande mundo’ democrático – contribuiu em muitos casos, para acentuar o isolamento e a solidão, a restrição dos homens ao pequeno mundo de uma mesquinha vida privada. (COUTINHO, 1967 *apud* CHASIN, 2000, p. 54 - aspas do autor).

No interior deste modelo de desenvolvimento capitaneado tanto no Brasil, quanto no Paraguai, pelas Forças Armadas a serviço de uma burguesia débil por sua incompletude; a questão da segurança nas fronteiras torna-se também um problema de Segurança Nacional, ou seja, vinculado aos preceitos da Lei de Segurança Nacional.

Em comum aos dois países havia a condição de vivenciarem suas ditaduras bonapartistas. Tal termo remete à reflexão produzida por Marx<sup>4</sup>, segundo o qual, observa-se que em nações com desenvolvimento tardio do capitalismo, a fragilidade da burguesia leva-a a se aliar com os militares, não apenas afasta da esfera do poder público qualquer possibilidade de participação dos outros segmentos sociais, como as subordina, pelo uso da coerção, aos ditames da exploração. No entanto, conforme indica Chasin (2000), aqui essa lógica tem um percurso particular, sendo que o desenvolvimento do capitalismo segue regras diferentes das vigentes em países centrais. Ante o imperativo da renovação do parque tecnológico e a possibilidade das demandas dos trabalhadores virem à tona, a burguesia como que delega aos militares a condução do processo, da qual sairá beneficiada sem fazer concessões a trabalhadores que possam colocar em risco seus interesses.

Em nossa forma particular de objetivação capitalista, inexistiu o portador clássico da transformação que conduziu à superação de nossas mazelas estruturais e que – mesmo mantidos os pilares da estrutura capitalista nacional – pudesse efetivar a universalização da cidadania para, no plano material, no nível mais imediato da produção e reprodução da vida social, atender de modo razoável às necessidades da maioria da população brasileira. (RAGO, 2008, p. 141).

Mas, dentre as particularidades distintivas é que tais medidas não beneficiam toda a burguesia nacional. Suas frações alternavam-se, não por iniciativa própria, mas por uma disputa de seus próprios interesses. Paralelamente, as reivindicações da classe operária colocavam-se como lutas intestinas e, devido ao processo lento, as reivindicações ainda que fossem de cunho liberal, levavam essa burguesia a temer o seu desfecho. Por esse motivo, lançaram mão de um golpe que perpetuava seus interesses. Tal condição ficou evidente quando Golbery defendeu um “pacto” do Estado com essa fração (SILVA, 1981), particularmente, por sua recusa na capacidade do “povo<sup>5</sup>” de defender propostas autônomas, conforme explicitado por Assunção (1999).

Nessa lógica, houve a instalação de uma assessoria de informações vinculada aos órgãos repressivos no interior do canteiro de obras da iniciativa privada em conjunto com a pública –

---

<sup>4</sup> Sobre a classificação de Bonapartismo durante a ditadura de 1964, ver ASSUNÇÃO (1999) e também o próprio Marx em: “O Dezoito Brumário de Luis Bonaparte”. In: *A revolução antes da revolução*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

<sup>5</sup> Povo é uma categoria sociológica usada por Golbery. Em geral, usamos a nomenclatura marxista para denominar as classes sociais. No entanto, aqui preservamos as categorias usadas por esse autor. Assim, os termos dele decorrentes aparecerão entre aspas.

no caso o consórcio de empreiteiras que venceram a licitação – ou seja, a Usina de Itaipu era quase uma consequência natural na articulação entre as ditaduras dos dois países.

Assim, a relação entre o Estado e a iniciativa privada na consolidação da repressão se aprofunda através da instalação das AESIs, cujas funções explicitam os preceitos da Lei de Segurança Nacional, imbricados com o princípio de preservação de fronteiras.<sup>6</sup> O sentido da repressão se amplia ainda mais neste caso, pela presença dos trabalhadores dos mais diferentes níveis e para as mais diversas funções, assim como nas mais distintas formas de contrato de trabalho, que puderam ser feitas tanto pelo lado brasileiro quanto pelo lado paraguaio.

Assim, percebemos que as Assessorias compunham a estrutura do Sistema Repressivo.

Foram essas AESIs – não só a de Itaipu, mas as diversas outras que existiram no Brasil – que auxiliaram na coação, coerção, repressão e controle onde os demais órgãos não poderiam chegar. É possível perceber que os órgãos de informação militares foram maiores e mais bem estruturados do que ainda se percebe nas bibliografias relativas ao tema. Isso pode ser vislumbrado dado o nível de informações que essas Assessorias geravam a suas constantes trocas de documentos com os demais órgãos, conforme veremos adiante.

Portanto, não causa estranhamento que as listas de trabalhadores dos consórcios de empreiteiras construtoras de Itaipu figurassem no rol de observação das AESIs.

Os trabalhadores, nessa mesma lógica, passaram a ser classificados não conforme sua competência, desempenho, cargo ou responsabilidade, mas conforme o possível grau de periculosidade ou suspeição política que apresentassem àqueles agentes do Estado. Assim, os nomes dos trabalhadores apareciam com marcações em azul na frente, de forma padronizada. Os que eventualmente tivessem algum problema para a contratação – a documentação não informa se por motivos policiais ou políticos – apareciam com o nome ticado em vermelho. Nesses casos, era solicitada (no verso da ficha), a complementação de dados.

Ao longo da construção,

... em função do extenso período de construção e da rotatividade da mão-de-obra, somente o consórcio Unicon cadastrou cerca de 100 mil trabalhadores. No pico da construção da barragem, Itaipu mobilizou diretamente cerca de 40 mil trabalhadores no canteiro de obras e nos escritórios de apoio no Brasil e no Paraguai. (ITAIPU, sem data).

---

<sup>6</sup> Pedidos de busca n° E/SS/AS.G/0195/76. Acervo DOPS PR – FUNDO AESI ITAIPU: Data: 09/12/1976. Origem CS/AS.G/IB/BR; difusão ACT/SNI; 5ª RM/DE; SR/DPF/PR; DOPS/PR.

Dada essa particularidade, podemos pressupor que o nível de investigação sobre a vida dos trabalhadores deve ter chegado a números ainda pouco estimados. Ademais, ainda não houve efetivamente uma apuração das responsabilidades das empresas nas violações de direitos humanos durante a ditadura brasileira. Já é bastante sabido que a Operação Bandeirantes funcionou com o apoio explícito e já comprovado de empresários e da própria FIESP, que “teria disponibilizado seu espaço para atividades destinadas à defesa do engajamento das empresas no combate aos dissidentes do governo” (WEICHERT, 2008, p.188).

Assim, observa-se que a construção da Usina de Itaipu expressa o conjunto das práticas postas pelo bonapartismo: tanto o projeto de desenvolvimento visando à modernização do parque tecnológico necessário à expansão da industrialização nos mesmos padrões já vigentes desde os primórdios da formação do Brasil; quanto à articulação entre a iniciativa privada e o poder público em sua forma autocrática, impondo a vigência, entre outros aspectos, do controle sobre a mão de obra de forma a garantir a ampliação da extração da mais valia. Cumpre ainda a função da vigilância e da repressão políticas para as duas ditaduras através das assessorias de informações implantadas em seu canteiro de obras, diretamente vinculadas ao Serviço Nacional de Informações (SNI) e ao *Departamento do Estado Mayor General de las Fuerzas Armadas de La Nación* ESMAGENFA, integrando-se à lógica das ações repressivas que perpassaram a história da América Latina, demonstrando uma conexão entre a comunidade de informações desse subcontinente.

Dessa forma, manter sob vigilância constante cada um dos operários, fosse da própria binacional, fosse de um dos consórcios construtores, não se tornou apenas uma função do setor de Recursos Humanos de cada empresa, mas um dos braços do sistema repressivo.

A articulação entre Estado e determinados segmentos da burguesia já era pensamento de Golbery nos idos de 1950, quando frequentou a ditadura de Stroessner. Conforme ele, o fortalecimento da burguesia industrial alavancaria o país, promoveria a integração nacional e garantiria a segurança e a defesa do país. No entanto, na concretização dessas propostas após 1964, é que ficará claro qual foi o segmento da burguesia industriária que se beneficiou daquelas políticas de desenvolvimento, o que foi denunciado até mesmo por representantes da burguesia nacional, como José Ermírio de Moraes que, em 1965, apontava o quanto o Estado já os colocava afastados das possibilidades de crescimento (RAGO, 2008). O sentido do jargão nacionalista se manifestara também na concretude social, quando o modelo de desenvolvimento assumido mantivera a balança pendendo para o capital externo.

Apesar da denúncia, outros segmentos da burguesia nacional foram beneficiados, dada a sua íntima vinculação com o capital internacional. Um deles foram aqueles vinculados à construção civil, pois a crescente urbanização colocava o problema da moradia como um dos entraves ao desenvolvimento.

Nesse processo, a parca acumulação de capital não apenas restringe a possibilidade de novos investimentos, obrigando o Estado e a iniciativa privada a endividamentos constantes e cada vez mais vultuosos de acordo com as demandas inerentes ao próprio desenvolvimento, como justifica o aumento da exploração dos trabalhadores.

... O capitalismo monopolista não eclode nas economias periféricas rompendo o seu próprio caminho, com uma força interna irreprimível que destrói estruturas econômicas arcaicas ou simplesmente obsoletas, dimensionando e reciclando o que deveria ser preservado e forjando suas próprias estruturas econômicas ou extra-econômicas. Vindo de fora, ele se superpõe, como o *supermoderno* ou o *atual*, ao que vinha de antes, ou seja, o “moderno”, o “antigo” e o “arcaico”, aos quais nem sempre pode destruir e, com frequência, precisa conservar”. (FERNANDES, 2006, p. 314).

No quesito segurança, Golbery ponderava que essa se colocava como um “paradigma” para as sociedades contemporâneas. Sua contraposição seria o sacrifício da liberdade, pois

... a insegurança do cidadão dentro de cada nação e a insegurança de uns Estados em face dos outros, a visão onipresente da guerra – guerra civil ou guerra subversiva ou guerra internacional – dominam o mundo de nossos dias e explicam, por si sós, essa ânsia neurótica com que os indivíduos – desamparados, as multidões – em pânico, os povos – desiludidos e aflitos, a Humanidade, enfim, se ergue e se lamenta e se debate, disposta até a escravizar-se a quaisquer senhores e a quaisquer tiranias, desde que lhe ofereçam um prato de lentilhas, um pouco de segurança e de paz. E, assim, acaba ou acabará afinal por perder, com a Liberdade traída, a própria Segurança por que tanto almejava... (SILVA, 1981, p. 9).

É assim que, em nome da segurança, abre-se mão da liberdade a ser alcançada conforme existente nos países ditos democráticos, ocidentais e cristãos. Em vários momentos, Golbery recorre ao Leviatã, explicando a necessidade da mão dura do Estado para gerir a “catástrofe” que era o mundo moderno.

Florestan Fernandes (2006) estabeleceu essa lógica situando-a como dilemas colocados no Brasil ao longo da formação da burguesia nacional. Tais justificativas são retomadas permanentemente, especialmente nos momentos de crises do modelo de desenvolvimento, que levam às ditaduras.

Traduzindo essa expectativa, em Golbery, a defesa da liberdade deveria ser alicerçada “em sólidas bases [n]a Segurança Nacional” (SILVA, 1981, p.15), o que se traduz na delimitação das áreas que passam a ser consideradas de Segurança Nacional.

### **O alinhamento com os Estados Unidos**

Se o Brasil se tornara, após a segunda Guerra Mundial, o país do qual emanavam as diretrizes para o controle ao comunismo na América Latina, a articulação disso com a perspectiva expressa por Golbery de o Brasil tornar-se a grande potência no continente, representava a completude de seu projeto.

Na área de Segurança Nacional, a vinculação com os Estados Unidos vinha de longa data e se estreitou durante o período da Guerra Fria, acentuando-se após o Golpe de 1964, configurando, em alguns momentos, como uma estratégia quase que automática. Mesmo em momentos nos quais se verificaram desordens e certa distensão nesse alinhamento, como se verificou durante o governo Geisel devido à divergência entre os dois governos (D’ARAÚJO e CASTRO, 1997)<sup>7</sup>, não houve, todavia, efetivamente rompimentos. Até mesmo em circunstâncias que custaram ao Brasil alguns descontentamentos regionais, tal articulação diplomática não se rompeu ou sofreu grandes fraturas.

Desde a Segunda Guerra Mundial,

Muitos oficiais da FEB regressaram ao Brasil convictos da necessidade de acelerar o desenvolvimento econômico. Do ponto de vista militar, significaria promover o desenvolvimento da economia – abrindo-a inteiramente ao capital estrangeiro, se necessário – como condição para o desenvolvimento do próprio aparelho militar com vistas ao papel que o Brasil deveria desempenhar na defesa hemisférica ... (OLIVEIRA, 1988 *apud* ASSUNÇÃO, 1999, p. 40).

Durante o governo de Juscelino Kubitschek, persistiu tal ideário e a proposta de transformar o Brasil em potência do continente foi amplamente alimentada pelas Forças Armadas e por dirigentes do Estado, encontrando ecos nesse presidente. Nesse sentido, Juscelino posicionou-se solidariamente aos Estados Unidos, com o objetivo de fortalecer as ações contra o inimigo principal da Guerra Fria, os comunistas. Em uma visita do então vice-

---

<sup>7</sup> O próprio Ernesto Geisel, em depoimento ao CPDOC, falou sobre suas divergências com o governo Carter. Cf.: D’ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (orgs.). **Ernesto Geisel**. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

presidente dos EUA, Richard Nixon à América Latina, mais precisamente na Venezuela, em 1958, ele foi veementemente rechaçado ao passar pela Colômbia, tendo sido convidado pelo presidente a vir para o Brasil. Kubitscheck alegou a necessidade de se firmar no continente, uma unidade ante a “conjuntura grave” do período, enviando carta ao presidente norte-americano, propondo uma Aliança Pan-americana, ou seja, o prenúncio do que firmaria como a Operação Pan-americana. Assim, Kubitscheck se colocava à frente dos demais países da região. A resposta de Dwight Eisenhower não tardou e demonstrou que a relação entre os dois países – Brasil e EUA – fazia-se necessária, inclusive criando entendimentos prévios para que houvesse consulta às demais nações do continente. (FGV, [2002]).

Dessa forma, os militares receberam o aval para comporem acordos com o governo americano visando uma política para transformar o país na potência da região, superando a desconfiança e as relações econômicas estabelecidas com a Argentina, por exemplo, que era a grande competidora com o Brasil. Para Golbery, o Brasil apresentava-se como a nação mais importante estrategicamente no continente, uma vez que este era, para ele, o maior país dessa parte do hemisfério e dada sua posição em relação ao Oceano Atlântico.

Ao longo da década de 1970, a posição estratégica do Brasil na região em aliança com os Estados Unidos foi pauta constante da cúpula ditatorial brasileira, “preocupados” que estavam ambos com os rumos tomados na América Latina, pois, além das consequências da Revolução Cubana e do Governo de Castro, somava-se o temor com as reformas preconizadas por Allende no Chile e, ainda mais, a posição peruana de querer a participação de Cuba na Organização dos Estados Americanos (OEA).

Temendo os rumos da América Latina, Nixon e Médici, já na qualidade de presidentes, reuniram-se em 1971 na Casa Branca para discutirem os “rumos” do continente. Dessa reunião, foi estabelecido o compromisso de ambos os países a fecharem uma só posição em relação aos problemas da região, com a segurança de que a conversa entre ambos ficaria restrita apenas aos “homens de confiança” dos dois presidentes (MEMORANDUM, 1971).<sup>8</sup> A posição estratégica do Brasil na região também ficou ressaltada no comentário que o documento traz sobre as boas relações que Médici mantinha com o presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD), o Senhor Ortiz Mena – fato que equivalia a certo poder em relação aos demais vizinhos

---

<sup>8</sup> Memorando enviado a Henry Kissinger, fruto da reunião entre Nixon e Médici em dezembro de 1971. Documento desclassificado em setembro de 2008. O documento encontra-se disponível em: <https://nsarchive2.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB282/Document%20143%2012.9.71.pdf>. Acesso em 05 dez 2023

no Cone Sul. Médici ficou, então, responsável por solicitar auxílio junto aos governos centrais e às instituições credoras internacionais para os demais países dessa parte do continente (MEMORANDUM, 1971).

Na pauta do encontro, o problema do comunismo nessa parte da América se sobressaiu e várias possibilidades de resoluções para os diferentes países foram levantadas. Dentre eles, pode-se destacar a relação de Cuba com o comunismo chinês e russo, bem como a sua pretensão de ampliar a revolução para os demais países; a preocupação em relação à Bolívia, uma vez que essa acabara de findar uma guerra contra o Paraguai recentemente em disputa pela região do Chaco paraguaio.

No caso cubano, Nixon destacou que, embora o Congresso americano estivesse propondo sanções ao governo pelo fornecimento de ajuda aos países com ditaduras internas, era possível conseguir auxílio, especialmente se fosse para combater Cuba, através dos grupos anti-castristas nos EUA (MEMORANDUM, 1971).

Como a Bolívia perdera a guerra, endividando-se ainda mais, o Brasil a socorrera em 30 mil toneladas de açúcar para pagamento em longo prazo e em troca, conforme afirma Médici na reunião, exigira que esta garantisse a sobrevivência de um modelo que não fosse o comunismo (MEMORANDUM, 1971).

Além disso, Médici convenceria Strossner que, mesmo no pós-guerra do Chaco, com todas as animosidades em relação ao país vizinho, deveria fornecer ajuda financeira à Bolívia. A falta de auxílio, segundo o cálculo de Médici, poderia favorecer o aparecimento do comunismo.

Médici assegurou a Nixon que acompanhava de perto a correlação de forças no Chile, através de procedimentos de trocas de oficiais para treinamento (MEMORANDUM, 1971), o que comprova a inserção do Brasil, inclusive na queda de Allende. Nixon preocupou-se também em saber como o Brasil desenvolvia as comunicações com os vizinhos, ao explicar que era necessário estabelecer estradas e canais de aproximação.

Por fim, Kissinger era o responsável pelo lado americano, e Gibson Barbosa, pelo lado brasileiro, por manterem um canal direto entre os dois presidentes, além dos canais normais da diplomacia.

Com esse documento, vemos que não era mais possível manter a face apenas hegemônica norte-americana diretamente, ou seja, era necessário um parceiro confiável de forma que as ações não parecessem apenas mandonismos estadunidenses.

O apoio e o monitoramento norte-americano nas relações que o Brasil estabeleceu na região também se manifestaram no caso das articulações entre este país e o Paraguai para a construção da Hidrelétrica de Itaipu. Esse projeto é descrito por Médici a Nixon. Assim, não é de se estranhar o historicamente propalado consentimento que o Brasil teve de gestão, organização e importância nessa parte do continente, com o assentimento dos EUA. Além disso, a construção de Itaipu elevou o Brasil a uma condição ainda mais favorável nas negociações com os seus vizinhos.

A relação de poder estava constituída. O Brasil ocupava economicamente e geograficamente, a posição principal no Cone Sul, na confluência da Bacia que desenhava a geografia do lugar e que servia, ao mesmo tempo, como limite de países. Era essa a inserção necessária para o Brasil comprovar a importância que assumia e se lançar, com condições específicas, ao desenvolvimento do capitalismo dependente – particularidade que se colocava naquele momento.

Essa interlocução entre os dois países foi fundamental para consolidar os fatores que definiriam a participação do Brasil nos negócios do continente sul-americano.

É inegável que a ditadura militar brasileira respondia a uma necessidade vinda do patamar de desenvolvimento e de urbanização, na década de 1970. Era uma condição de industrialização lenta, pois, entre outros aspectos, ainda se mantinha a produção agrária monopolista e exportadora capitaneando a formação do PIB nacional.

Mas a alternativa imposta pela autocracia burguesa impedia que, por exemplo, se fizesse a necessária reforma agrária – à semelhança do que acontecera no século anterior na Europa e nos Estados Unidos – e que liberasse as forças produtivas em prol do desenvolvimento industrial. Assim, a necessidade inerente de atender às demandas urbanas e de industrialização, exigia a ampliação da capacidade de fornecimento de energia elétrica. Por isso, a urgência na solução desse problema que se punha como um gargalo capaz de afetar, até mesmo, o capitalismo internacional decorrente da incapacidade dos frágeis segmentos das burguesias industriárias dominantes de chegarem a um consenso sobre o modelo a ser assumido pelo país para a ampliação deste parque. Além disso, havia a debilidade dos governos anteriores para tomar medidas que rompessem com a lógica das concessões feitas às companhias multinacionais que monopolizavam o setor, desde sua regulação até o fornecimento da energia aos consumidores; da carência de recursos próprios para vultosos investimentos e da falta de

consenso sobre as alternativas menos onerosas e, portanto, menos dependentes do capital estrangeiro (SQUINCA, 2008).

A renovação perpassava não apenas os investimentos em máquinas e equipamentos, mas também o provimento das condições para o fornecimento da energia elétrica que os movimentaria e aos indivíduos que, morando nos centros urbanos, dependiam dessa energia em seu cotidiano, na qualidade de consumidores. Essa é a importância da Itaipu, cujo projeto de construção gesta sob a égide do bonapartismo e significou o silêncio das divergências sobre o modelo a ser assumido para o fornecimento da energia, assim como a repressão dos trabalhadores para que não se posicionassem contra as condições de contrato de trabalho que lhes foram oferecidas. A opção por mega projetos (bem ao gosto do Brasil potência) também demandou captar recursos externos que aumentaram brutalmente a dívida externa e concentrou ainda mais os parques capitais existentes internamente, no que diz respeito às reformas na legislação trabalhista que acabaram com a estabilidade no emprego e criaram um Fundo de Garantia – ao qual praticamente só o governo teve acesso por muitos e muitos anos.

Isso posto, quando a ditadura militar coloca como prioridade a construção da Hidroelétrica de Itaipu, o faz com o objetivo de transformar o Brasil numa potência e em íntima confluência com o capital internacional e os interesses do governo americano na região, que se traduzem também como interesses dos segmentos da burguesia nacional que compartilham o poder político.

Mas a correlação de forças internacionais não se esgotava nas relações com os países do continente, envolvendo também vários outros países que, embora já sem as polaridades vigentes no período da Guerra Fria, ainda eram vistos como inimigos ou possíveis ameaças à soberania do capitalismo. Por isso, a preocupação em consolidar a relação com os Estados Unidos que já aparecia na década de 1950, em Golbery, coloca-se ainda ao longo do período ditatorial, ou seja, o espectro de que russos ou chineses, por exemplo, poderiam tentar invadir o Brasil e torná-lo palco de disputas com os Estados Unidos. Por consequência, foi estabelecida a defesa do alinhamento com o governo norte-americano nas articulações latino-interamericanas do Brasil.

Constata-se que desde o período do auge da Guerra Fria, os Estados Unidos passaram a colaborar mais diretamente com a política do Estado brasileiro. Após a Revolução Cubana, os Estados Unidos não poderiam mais correr o risco de “perder” outra nação que estava submetida a eles, de maneira política e econômica. Ao mesmo tempo, era temerário o poder que os

“comunistas” vinham alcançando no continente, o que assombrava não só os vizinhos do norte, como também a burguesia nacional brasileira.

Assim, no Brasil, deveriam ser implantados projetos estratégicos que assegurassem o predomínio norte-americano no Cone Sul, ao mesmo tempo em que fortaleciam e beneficiavam frações da burguesia nacional e internacional, ambas ávidas por negócios na região. Foi uma troca bastante benéfica para os envolvidos!

A ideia de uma organização comunista internacional que agiria ou por invasão ou principalmente por infiltração no Brasil já se punha desde os anos de 1950. Após esse período, essa preocupação agravou-se. Ao escrever *Geopolítica do Brasil*, Golbery já demonstrava o que estava por vir nos anos da ditadura.

Nesse contexto, as relações com os Estados Unidos, o grande irmão que coadunava com os ideais ocidentais e cristãos, cristalizavam-se com a neurose da Guerra Fria.

Poucos anos antes, inclusive, os EUA tinham conformado a sua Lei de Segurança Nacional – 1947.<sup>9</sup> Concomitantemente, no âmbito internacional, as agências de segurança americanas, que também iniciaram sua forma no mesmo ano, durante o Governo de Roosevelt, dedicaram-se a estabelecer parcerias no mundo todo, e deslocaram pessoas e dinheiro para firmar os convênios de cooperação internacional, que lhes valeriam a hegemonia em grande parte do mundo.

No Brasil, programas policiais foram traçados. Foi fornecido treinamento e todo um arsenal garantiu que o governo americano estivesse presente nas ações requeridas pelo Estado, garantindo a unidade dessas duas nações. A forma estabelecida para esse modelo pode ser vista nesse pequeno fragmento:

Como instituição, a ESG encorajou dentro das forças armadas normas de desenvolvimento associado a valores empresariais, ou seja, um crescimento cujo curso industrial foi traçado por multinacionais e um Estado guiado por razões técnicas e não políticas. (DREIFUSS, 1981 *apud* ASSUNÇÃO, 1999, p. 55).

A luta contra a subversão foi o motor desse pacto e grande parte da América Latina sentiu os efeitos dessas ações. Além dos treinamentos policiais, os Estados Unidos chegaram a enviar Nelson Rockefeller à América Latina, em 1969, para que esse, ao final de sua visita, recomendasse que “o programa de treinamento que traz militares e policiais [...] de outras nações do hemisfério para os Estados Unidos e para campos de treinamento no Panamá [deveria]

---

<sup>9</sup> A respeito da formação das agências de segurança nos EUA, ver: TURNER (2008).

continuar a ser fortalecido” (HUGGINS, 1998, p. 181). Mesmo os protestos que Rockefeller sofreu em sua visita nesse ano não foram suficientes para que se fizesse a recomendação de suspensão dos treinamentos e cooperações.<sup>10</sup>

O peso dessa parceria, tanto para o Brasil, como para vários países da América Latina, foi a manutenção da via de desenvolvimento subordinada e dependente, a continuidade da ausência de investimento em tecnologias, a falta de investimentos em políticas públicas (educação, saúde, habitação, transporte) e a continuidade dos altos índices de exclusão social, expressos nos mais diferentes índices de desenvolvimento humano (IDH).

Do ponto de vista da repressão aos que se opunham tanto ao aumento da extração da mais valia, quanto à concentração de renda e do poder político, a justificativa era apenas uma: a salvaguarda da nação contra o comunismo. Percebe-se que o Brasil fez bem o dever de casa. Os benefícios foram recíprocos para aqueles que se envolveram nesse processo, ou seja, para a burguesia norte-americana e para parcelas da burguesia nacional. Consolidou-se nessa fase, a dependência armamentícia, uma vez que ao receber o treinamento militar norte-americano, a recíproca seria a compra de armas; as estratégias e diretrizes para controle na região se firmaram aos poucos, envolvendo os países do Cone Sul e a CIA.

Em nome de salvaguardar a democracia, a segurança e a aliança do mundo cristão, montou-se um aparato repressivo com autonomia a proceder a, conforme já salientara Golbery, “alianças formais ou informais, tanto quanto naturais associações de interesses, [que] sempre poderão dar margem, por certo, a políticas, estratégias e geopolíticas integradas do conjunto” (SILVA, 1981, p. 101).

Uma condição de legalidade/ilegalidade/informalidade que atendia, no campo da repressão, a todos os preceitos e à correlação de forças acima referida e que se expressa claramente na documentação produzida pelos agentes imbricados em uma malha cujos meandros e extensão no interior das sociedades são quase incomensuráveis. O imbricamento é de tal ordem que os documentos oriundos do SNI eram encaminhados para as AESIs do lado brasileiro, mas a resposta vinha do lado paraguaio, escrita em português, com carimbo da AESI brasileira e, no entanto, datada a partir de Assunção.

Embora existisse a AESI brasileira e a paraguaia, a malha de informações do Brasil adentrou as fronteiras paraguaias, não apenas com oficiais que iam buscar brasileiros foragidos

---

<sup>10</sup> A respeito da visita de Rockefeller, ver LAINO (1979).

no Paraguai. Mais do que isso, o Brasil compôs com o Paraguai um acordo que subordinava o Estado Guarani aos órgãos repressivos brasileiros.<sup>11</sup>

Assim, as relações internacionais não se prendiam apenas às embaixadas, pois tanto nos documentos, quanto no *Memorando* já citado, percebe-se que os canais de comunicação eram mais profundos. Não eram apenas amparados nas relações diplomáticas e no direito internacional. Eram casos policiais, e como tais, deveriam ser tratados.

Retomando a problemática das relações com os EUA, a dependência do Brasil em relação aos EUA chegou a tal nível de aprofundamento que, por ocasião do sequestro do embaixador americano Charles Burke Elbrick em 4 de setembro de 1969, até mesmo o senador americano Frank Church afirmou que isto ocorrera porque no Brasil, Elbrick era o “símbolo do imperialismo” (LAINO, 1979, p. 20).

Nessa lógica, o crescimento do Brasil no período resultou em efeitos fortemente sentidos pelos países vizinhos e suas denúncias à ingerência do Brasil, apesar da vigência de ditaduras, aumentaram. O que se apresenta em Geopolítica do Brasil é bastante clarificador da ação militar. Nas conclusões do texto de 1960, Silva (1981), explicita que a geopolítica brasileira deve pautar-se, dentre outros aspectos por “*expansionismo para o interior* e, também, de *projeção pacífica no exterior*”; ao mesmo tempo em que se faça uma “geopolítica de *contenção*, ao longo das linhas fronteiriças” e, por fim, geopolítica de “*participação na defesa da Civilização Ocidental, que também é a nossa*” (SILVA, 1981, p. 137-8).

### Considerações Finais

Ao longo do artigo tomamos a Itaipu enquanto um ente fundamental no aprofundamento das relações entre Brasil e demais países do Cone Sul, sob ditaduras, para desenvolvimento de uma política de Estado que garantiu um processo persecutório na região, bem como garantiu ao Brasil um processo de domínio regional bastante significativo.

Dados sobre Itaipu indicam, a cada nova pesquisa, seu papel preponderante no evoluir do processo de incremento do capital associado a partir de uma estrutura que contou com a atuação da própria Binacional em conjunto com as empreiteiras, e que contaram

---

<sup>11</sup> Pedido de busca nº E/SS/AS 0001/75. Acervo DOPS/PR – SNI – caixa 213. 23/01/1975.

substancialmente com a atuação das Assessorias Especiais de Segurança e Informações (AESIs).

A atuação brasileira na região não se deu ao acaso. A Tríplice Fronteira é um espaço singular e bastante significativo para o Brasil e demonstra ser um ambiente de disputas fronteiriças bastante relevantes. E como a documentação comprova, todo o processo de atuação brasileira na região contou com a anuência dos Estados Unidos.

A associação repressiva, sem dúvidas, não teria ocorrido sem as concordâncias devidas dos países imperialistas, e tiveram alvos diletos. Hoje já há indícios mais contundentes do papel de classe cumprido pelas empresas durante as Ditaduras – tanto do Brasil, quanto do Paraguai – e a presença de uma agência repressiva no interior do canteiro de obras denota a importância que Itaipu teve para o capital.

Dado o tamanho de Itaipu, suas relações no Cone Sul, o gigantismo de sua produção de energia, a força de trabalho empregada, a presença de empresas multinacionais nos consórcios de montagem, além de uma série de outros elementos relacionados aos povos originários e deslocamentos populacionais, tomadas de terras, etc., há muito o que se pesquisar e investigar.

Dentre outros aspectos, Itaipu se tornou uma arma geopolítica, e mais que isso, foi fundamental na organização das relações internacionais do Brasil, alçando-o a uma condição de controle regional para os interesses dos Estados Unidos.

## Referências

ANTUNES, Priscila Carlos Brandão. **SNI & ABIN: uma leitura da atuação dos serviços secretos brasileiros ao longo do século XX**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002.

ASSUNÇÃO, Vânia Noeli Ferreira de. **O Satânico Doutor Go: A ideologia bonapartista de Golbery do Couto e Silva**. 232f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1999.

BRASIL. Decreto Lei 314/68, (13/03/1967). Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1965-1988/De10348imprensa.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/De10348imprensa.htm). Acesso em: 04 dez. 2023.

BRASIL, Decreto Lei 1.351/39, (16/06/1939). Cria colônias militares de fronteiras. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/126737/decreto-lei-1351-39>. Acesso em 05 dez de 2023.



CHASIN, José. **A miséria brasileira**: 1964-1994 – do golpe militar à crise social. Santo André: estudos e Edições Ad Hominem, 2000.

D'ARAUJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (orgs.). **Ernesto Geisel**. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução burguesa no Brasil**. Ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Globo, 2006.

FGV. **CPDCOC**. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br>. Acesso em: 17 mar. 2013.

HUGGINS, Martha. **Polícia e Política**: Relações Estados Unidos / América Latina. São Paulo: Cortez, 1998.

ITAIPU. **Nossa história**. Disponível em: <http://www.itaipu.gov.br/nossa-historia>. [s/d]. Acesso em: 05 dez 2023.

LAINO, Domingos. **Paraguai**: fronteiras e penetração brasileira. São Paulo: Global Editora, 1979.

MARX, K. **A burguesia e a contra- revolução**. Cadernos Ensaio Pequeno Formato I, São Paulo, Ensaio, 1991.

MEMORANDUM. 1971. Disponível em: <http://www.gwu.edu/~nsarchiv/NSAEBB/NSAEBB282/Document%20143%2012.9.71.pdf>. Acesso em: 05 dez 2023.

RAGO. Antonio Rago Filho. **Sob este signo vencerás!** A estrutura ideológica da autocracia burguesa bonapartista. Disponível em: <https://ojs.ifch.unicamp.br/index.php/ael/article/download/2495/1905>. Acesso em: 05 dez 2023.

RAGO, Maria Aparecida de Paula. **José Ermírio de Moraes**: A trajetória de um empresário nacional. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

SILVA, Golbery do Couto. **Conjuntura política nacional**: o Poder Executivo & Geopolítica do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1981.

Silva, Jussaramar. **A Usina de Itaipu e a Operação Condor**: o outro lado das relações bilaterais Brasil-Paraguai (1973 - 1988). 2010. 189f. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2010.

SODRÉ. Nelson Werneck. **Oeste**: ensaio sobre a grande propriedade pastoril. Rio de Janeiro: José Olympio, 1941.

SQUINCA, Marcelo. O embate entre nacionalistas e privatistas acerca do Código de Águas no Governo JK (1956-61) – notas de pesquisa - **XIX Encontro Regional de História**: Poder, Violência e Exclusão. (ANPUH/SP), 2008. CD-ROM.



TURNER, Stansfield. **Queime antes de ler**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

Weichert, Marlon Alberto. O Financiamento de Atos de Violação de Direitos Humanos por Empresas Durante a Ditadura Brasileira. **Responsabilidade e verdade**. Acervo, Rio de Janeiro, v. 21, no 2, p. 181-190, jul/dez, p. 183-192, 2008.

*Recebido:* 20 out. 2023.

*Aceito em:* 16 nov. 2023.